

ANDRÉIA MARQUES DUARTE

**FINANCEIRIZAÇÃO, ACUMULAÇÃO PRODUTIVA E
OCUPAÇÃO NO BRASIL PÓS-REAL**

Monografia de Bacharelado em Economia

**Faculdade de Economia, Administração,
Contabilidade e Atuária
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Maio/2010**

ANDRÉIA MARQUES DUARTE

**FINANCEIRIZAÇÃO, ACUMULAÇÃO PRODUTIVA E
OCUPAÇÃO NO BRASIL PÓS-REAL**

**Monografia submetida à apreciação de
banca examinadora do Departamento de
Economia, como exigência parcial para a
obtenção do grau de bacharel em Ciências
Econômicas, elaborada sob orientação da
Profa. Dra. Maria Aparecida de Paula Rago.**

**Faculdade de Economia, Administração,
Contabilidade e Atuária
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Maio/2010**

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados
e aprovada com nota final , ()

Autorizo a disponibilização desta monografia para consulta pública e utilização como referência bibliográfica, mas sua reprodução total ou parcial somente pode ser feita mediante autorização expressa do autor, nos termos da legislação vigente sobre direitos autorais.

São Paulo, ____ de _____ de _____ Assinatura: _____.

Aos meus queridos
familiares e ao companheiro dos
últimos anos Leopoldo Scharff
por mais esta realização.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, especialmente, aos meus pais, namorado, irmão e sobrinho pela alegria de existirem, pela compreensão, paciência e confiança depositada em mim. Aos grandes amigos André Perfeito, Elissandra Faustino, Nhanja Ribeiro, Patrícia Saldeado e Rose Katsanos com os quais dividi angústias, impressões e muitos bons momentos. Ao caríssimo amigo Roberto Serascinsck que contribuiu com sua valiosa opinião e a todos os colegas membros da Gestão 2009 do Centro Acadêmico Leão XIII pela experiência que proporcionaram. Merecem menção os professores Christy G. Pato, João Ildebrando Bocchi e Maria Aparecida de Paula Rago pela atenção e apoio na consecução do trabalho e a Prof. Rosa Berriel que, carinhosamente, me incentivou em um momento muito difícil nessa trajetória.

A todos o meu profundo agradecimento.

DUARTE, Andréia Marques. **Financeirização, Acumulação Produtiva e Ocupação no Brasil pós-Real**. São Paulo – SP, 2010. [Monografia de Bacharelado – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo].

RESUMO

Esta monografia apresenta os recentes impactos do processo de financeirização da economia brasileira no que tange ao seu nível de produtividade e ocupação no período pós-Real, demonstrando o acentuado e persistente desajuste das contas públicas, a predileção à remuneração ao capital usurário em detrimento do investimento produtivo, o baixo crescimento e a precarização do trabalho devido à adoção indiscriminada de políticas de ajuste consensuadas em Washington.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – A MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA	3
1.1 – O Colapso de Bretton Woods, Choque dos Petróleos e Crise Inflacionária.....	3
1.2 – Mundialização Financeira e Desregulamentação dos Mercados.....	9
CAPÍTULO 2 – INCORPORAÇÃO BRASILEIRA AO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO	14
2.1 – A Crise Estrutural do Estado Desenvolvimentista.....	14
2.2. – A Nova Ordem Pós-Real.....	20
CAPÍTULO 3 – REFLEXOS DA INSERÇÃO ‘À BRASILEIRA’	26
3.1 – Impacto da Financeirização na Acumulação Produtiva.....	26
3.2 – A Ocupação e o Emprego no Período Pós-Real.....	34
CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 – Exportações, Importações e Saldo Comercial – 1974-2006.....	27
Gráfico 3.2 – Composição da Formação Bruta de Capital Fixo.....	28
Gráfico 3.3 – Taxa de Formação Bruta de Capital Fixo no Brasil – 1970-2005.....	29
Gráfico 3.4 – Taxa de Crescimento do PIB e do Investimento no Brasil.....	30
Gráfico 3.5 – Evolução das Taxas de Juros SELIC.....	31
Gráfico 3.6 – Despesas de Juros, taxa de acumulação e taxa de lucro das empresas não-financeiras – 1996-2002.....	31
Gráfico 3.7 – Evolução das despesas públicas com juros da dívida e investimentos 1990-2003.....	32
Gráfico 3.8 – Taxa de crescimento da economia mundial, do Brasil e dos países industrializados.....	33
Gráfico 3.9 – Dinâmica do PIB, do salário médio real e do nível de emprego na economia.....	34
Gráfico 3.10 – Pobreza no Brasil: número de domicílios pobres por milhões de pessoas.....	36
Gráfico 3.11 – Nível de desigualdade Brasileira – Coeficiente de Gini.....	37

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intenta associar a predominância da acumulação de capital em seu aspecto financeiro ao influxo nos níveis de emprego, renda e produtividade industrial do Brasil no período pós-Real.

Fundamentado no conceito marxiano de “capital portador de juros”, em que a formação de riqueza ocorre, prioritariamente, na transformação do próprio dinheiro em dinheiro remunerado por juros durante sua circulação na esfera financeira e independente do processo de produção, discorre-se sobre as principais características deste novo regime de acumulação e como através do desenvolvimento de políticas de liberalização e desregulamentação a sociedade brasileira vislumbrou seus efeitos mais deletérios no contexto das relações sociais.

Observa-se que a partir dos anos 1994 a adoção indiscriminada no Brasil das políticas determinadas pelo Consenso de Washington, tais como a liberalização comercial e dos fluxos de capitais, desregulamentação financeira, câmbio flutuante (a partir de 1998), disciplina fiscal, reforma trabalhista, etc, traduziu-se em aumento dos índices de subemprego, sob a forma de terceirização e informalidade do trabalho, e desemprego em taxas superiores a 10 % (dez por cento) nas regiões metropolitanas.

Além disso, a prescrição de disciplinamento dos gastos fiscais do Estado Brasileiro, acompanhada de políticas monetárias contracionistas, implicou em redução na mobilização dos recursos governamentais direcionados às políticas públicas e sociais, com conseqüências imediatas na retração do investimento em atividades estratégicas como infraestrutura urbana, educação, saúde, habitação, previdência e assistência social, etc, serviços estes essenciais ao bem estar da sociedade.

Por outro lado, privilegiou-se a ostensiva remuneração ao capital usurário em forma de pagamento da dívida pública sob taxas de juros exorbitantes, incentivando o regime de acumulação de riqueza financeirizado e beneficiando, assim, atividades especulativas em detrimento do aumento da produtividade industrial e conseqüente crescimento econômico ordenado pela criação de emprego e renda.

A incorporação ao regime de acumulação financeirizado, consolidado em um movimento mundial que interliga os sistemas financeiros, as redes de comércio internacional e as empresas transnacionais, acaba por limitar a atuação direta dos governos no que tange a estabilização de suas economias, sendo estes impelidos à contenção cosmética ou paliativa da investida exercida pelo capital privado e financeirizado, deixando de agir discricionariamente em sua política econômica e adquirindo pouca margem de manobra frente ao mercado.

As conseqüências diretas da opção política apreendida a partir do governo Collor, vão desde o solapamento da soberania nacional à manutenção de nossa histórica concentração de renda, perpassando ao aumento da pauperização e violência, principalmente, nos grandes centros urbanos.

Para tanto, retomaremos, a partir de uma perspectiva histórica, aos principais eventos econômicos nas décadas que antecederam a “revolução conservadora” neoliberal, apontando algumas características do modelo de intervencionismo keynesiano que proporcionaram a “Era de Ouro” do capitalismo.

Serão descritos acontecimentos relevantes para a mudança de paradigma na reprodução do capital, como o Colapso de Bretton Woods, os dois Choques do Petróleo e a crise Estagflacionária de meados dos anos 1970 e como a partir deles e do acúmulo de déficits públicos pelos países industrializados foi possível erigir um sistema de finanças liberalizadas e globalizadas, protagonizado pela hegemonia norte-americana.

Ainda através da digressão histórica, apontaremos as principais medidas políticas e econômicas do período pós-real no que concerne à manutenção do padrão de acumulação mencionado e através da apresentação de dados e gráficos demonstraremos a variação da capacidade ociosa da indústria, os níveis de informalidade e desemprego nas regiões metropolitanas, a redução dos gastos do governo em políticas públicas e sociais, etc, comparativamente, aos períodos anteriores.

Dentro deste contexto, pretende-se ilustrar como se insere o Brasil nesse novo regime, quais as conseqüências econômico/sociais de sua incorporação e que políticas se delineiam no país para o consentimento dessa subordinada abertura de mercado.

CAPÍTULO 1 – A MUNDIALIZAÇÃO FINANCEIRA

O presente capítulo intenta uma breve retomada histórica sobre os principais eventos econômicos que provocaram a liberalização e desregulamentação financeira a partir dos anos 1970, abordando, sob uma perspectiva crítica, os fatores institucionais, os aspectos do novo tipo de acumulação e as conseqüências da condução de políticas econômicas no sentido da Mundialização Financeira.

1.1 – O Colapso de Bretton Woods, Choque dos Petróleos e Crise Inflacionária

Durante três décadas a economia mundial e os países industrializados puderam gozar uma fase de prosperidade e estabilidade econômica findada a partir de 1970. Plihon (1998) aponta que esses “desempenhos excepcionais”, repousavam sobre três pilares, sendo eles:

1. a relação salarial ‘fordista’, que se traduziu por uma rápida e regular evolução dos salários, com base num compromisso capital-trabalho que organizou a divisão dos ganhos de produtividade provenientes da organização científica do trabalho;
2. as políticas de estabilização macroeconômica, de inspiração keynesiana, destinadas a assegurar uma progressão regular da demanda direcionada às empresas;
3. os sistemas financeiros administrados, que viabilizaram o financiamento da acumulação do capital por endividamento bancário a taxas de juros baixas e controladas pelas autoridades monetárias (PLIHON, 1998, p. 98).

Para ele, o quadro apontado possibilitou “um contexto econômico e social de grande estabilidade, particularmente, favorável à acumulação do capital industrial e ao crescimento da produção” (PLIHON, 1998, p. 98).

Essa condição de estabilidade macroeconômica, só pode ser erigida sob o auspício de regras monetárias que pudessem restaurar e ampliar o comércio internacional do pós-guerra, evitando, contudo, desajuste dos balanços de pagamentos nacionais. Para tanto, foi instituído em julho de 1944 o **Acordo de Bretton Woods**, que visava restaurar a estabilidade monetária internacional e refundar o intervencionismo governamental.

Segundo Eichengreen (2000), a ameaça dos capitais voláteis, que desestabilizou o mundo no entre - guerras, encorajou a elaboração e constituição do Acordo de Bretton Woods estabelecendo, por sua vez, o padrão dólar-ouro e sua convertibilidade enquanto moeda administrada. O acordo institui, além do novo padrão monetário, organizações de apoio e fomento ao investimento e comércio internacional e o monitoramento financeiro dos países centrais e industrializados através de instituições como o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), mantendo assim as atividades financeiras sob controle e atenção (EICHENGREEN, 2000, p. 131-134).

Por meio da acomodação das taxas de câmbio, de políticas deflacionárias, da limitação dos fluxos de capitais internacionais, da intervenção nos sistemas financeiros impondo limites às taxas de juros e restrições à compra de ativos pelos bancos e através da canalização do crédito para áreas estratégicas foi possível reequilibrar o Balanço de Pagamentos dos países em situação de risco (EICHENGREEN, 2000, págs. 131-134).

Belluzzo (2006), no mesmo sentido, observa a importância do acordo enquanto um projeto de reconstrução da ordem econômica imprescindível, naquele momento, para a promoção e expansão do comércio entre os países e para proteção dos mesmos das implicações originadas pelas "turbulências financeiras" do período precedente. O Acordo de Bretton Woods evitou a "propagação de forças deflacionárias" garantindo o "ajustamento dos balanços de pagamentos" com o "adequado abastecimento de liquidez para a cobertura dos déficits" dos países centrais.

Apesar de não serem aceitas proposições keynesianas de criação de um banco central e de uma moeda única internacional, dentre outras construções teóricas, sua participação, associada às condições de pronunciada recessão, permitiu conceber o controle rigoroso de capitais e do câmbio, erigindo assim "um ambiente econômico internacional destinado a propiciar um amplo raio de manobra para as políticas nacionais de desenvolvimento, industrialização e progresso social" (BELLUZZO, 2006, p. 24-25).

Tratava-se, contudo, de um projeto sob gerenciamento norte-americano, que à época vislumbrava sua incontestada hegemonia econômica e política, conforme os autores em análise.

Denota-se que desde 1944, com o Acordo de Bretton Woods, a transformação do dólar em moeda-reserva mundial associou com rigor o desenvolvimento econômico do

mundo às políticas monetárias e fiscais norte-americanas e que a sua promoção caminhou para o desenvolvimento desigual entre as nações.

O sistema de Bretton Woods nasceu de um compromisso implícito: o benefício da *seignorage* concedido ao país emissor da moeda reserva, os Estados Unidos, foi compensado pela liberdade, atribuída aos demais países-membros, de adotar políticas “keynesianas” internas e estratégias neo-mercantilistas de comércio exterior (BELLUZZO, 2005-06, p. 26).

A vantagem assegurada pelo “poder de *seignorage*” garantiu aos Estados Unidos, além da “flexibilidade na gestão da política monetária”, atingir os seguintes objetivos:

- a) objetivo estratégico: suportar a maior parte dos custos da aliança militar formalizada no Acordo do Atlântico Norte;
- b) objetivos econômicos: a *seignorage* permitiu a expansão da indústria americana e de seu estilo tecnológico (o fordismo), sobretudo por meio do investimento direto levado a cabo pela grande empresa transnacional;
- c) objetivos financeiros: a posição de “banqueiro internacional” dos Estados Unidos concedeu um enorme espaço para a expansão internacional do sistema financeiro americano e maior raio de manobra para a política monetária do Federal Reserve (BELLUZZO, 2005-06, p. 26).

A economia americana entre 1945 e 1971 adquire, portanto, a qualidade de “reguladora” do sistema capitalista devido ao incentivo do governo à transformação de sua economia em “fonte autônoma de demanda efetiva”, ou seja, propulsor via investimento público e o multiplicador keynesiano da demanda efetiva e “provedor de liquidez para a economia global” além de ter instaurado um “fluxo de investimento estrangeiro direto para o resto do mundo” (BELLUZZO, 2005-06, p.24-26).

A partir de 1970, contudo, inicia-se uma fase de desestruturação e instabilidade econômica, tratada como a grande recessão do pós-guerra em que, suplantado o “consenso keynesiano”, recoloca-se a discussão sobre o caráter cíclico do capitalismo devido à queda no ritmo de crescimento da produtividade do trabalho e da mais valia relativa, desencadeando no colapso do Sistema Monetário Internacional de Bretton Woods (1971-1973) seguido do Processo Inflacionário nos EUA (1972) e dos Choques do Petróleo (1973) e ocasionando um processo “estagflacionário” na maioria dos países industrializados (BOCCHI, 2000, p.26).

O colapso de Bretton Woods culminou na desvinculação do padrão dólar-ouro em 1971 e na introdução do regime de “taxas de câmbio flutuantes” em 1973. Sobre este aspecto, indica Harvey (2007) que devido aos programas assistenciais como seguridade social, direitos de pensão, dentre outros, foi aumentando a austeridade dos compromissos do Estado “num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos” (HARVEY, 2007, p. 135-136).

O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. E, assim, começou a onda inflacionária que acabaria por afundar a expansão do pós-guerra (HARVEY, 2007, p.135-136).

Ainda nesse sentido, o autor, dispõe que a ruptura do acordo de Breton Woods se traduziu em reconhecimento de que os Estados Unidos não controlavam mais sozinhos as políticas monetárias e fiscais do mundo. A taxa de câmbio flexível, adotada com o desmantelamento de Bretton Woods, assinalou uma reação às grandes variações especulativas das moedas em relação ao dólar. Além disso, a “queda da produtividade e da lucratividade corporativas” após 1966 balizou o princípio de um sério problema fiscal nos EUA e demais países centrais, que seria debelado apenas por meio de um processo inflacionário “o que começou a solapar o papel do dólar como moeda reserva internacional estável” (HARVEY, 2007, 135-162).

A contração do crédito e constituição do “mercado de eurodólar” é apontada por ele como “sinais prescientes da redução do poder norte-americano de regulamentação do sistema financeiro internacional”, que acompanhados ao “movimento das multinacionais na direção da manufatura no estrangeiro” e às políticas de substituição de importações em países do Terceiro Mundo, principalmente da América Latina e Sudeste Asiático “geraram uma onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, nos quais o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado ou inexistente” (HARVEY, 2007, p.135).

O “fracasso do acordo” de 1971 a 1974 é descrito por Hirst e Thompson (1988) como o período em que “a comunidade internacional sucessivamente desistiu de qualquer tentativa de gerir coletivamente suas taxas de câmbio”, tendo Richard Nixon, então presidente dos Estados Unidos, suspenso e desvalorizado unilateralmente, em agosto de 1971, a conversibilidade do dólar pelo ouro. “Mas o advento das taxas ‘flexíveis’ pouco mexeu no dólar como o padrão de facto para a conduta das transações

monetárias internacionais oficiais e das mais privadas” (HIRST & THOMPSON, 1988, p.60).

O contexto de crescimento acelerado e sincronizado da economia americana e mundial, aumento da inflação nos EUA, taxas de juros de curto prazo nominais e reais baixas em dólar e crescente capacidade de criação de crédito no circuito off-shore do eurodólar, o fim da conversibilidade do dólar levou a uma verdadeira explosão dos preços em dólar das matérias primas nos mercados internacionais a partir de 1972 (SERRANO, 2007, p. 198).

Com o desmantelamento do regime de taxa de câmbio semi-fixo de Bretton Woods inicia-se a ampliação dos investimentos em títulos públicos internacionais e dos empréstimos bancários, e, rapidamente, se internacionalizam os mercados de capitais “juntando-se a complexidade das relações econômicas internacionais e proclamando a globalização genuína de uma economia integrada e interdependente” (HIRST & THOMPSON, 1988, p.39).

Simultânea às mudanças no sistema monetário internacional que conduz ao processo hiperinflacionário, descrito acima, presenciamos também, a partir de 1972, duas expressivas crises relacionadas as commodities denominadas aqui de “Choques do Petróleo”.

Marcando o início de um período de grande volatilidade nos mercados de commodities internacionais, a OPEP, a partir de 1971 começa a pressionar por reajustes no preço internacional do petróleo e por maior participação nos royalties. Tratando-se de parceiros estratégicos cujas tensões geopolíticas persistem há anos, os EUA aceitam um reajuste de 50% e resolvem aumentar a importação do produto pelos países da OPEP (SERRANO, 2007, p.198-199).

Em agosto de 1973, os EUA congelam o preço do petróleo produzido em seus poços já explorados, evitando seu esgotamento, e liberam o preço do petróleo advindo de novos poços. Congruente a isto, aboliu definitivamente as “cotas oficiais de importação de petróleo” aumentando a demanda pelo petróleo da OPEP e evitando o desabastecimento de “uma economia em expansão numa situação internacional tensa”. O preço do petróleo quase quadruplicou poucos meses depois com o advento da Guerra do Yon Kippur, sendo este o estopim do extraordinário aumento do preço internacional do petróleo. Os Estados Unidos ensejavam assim a manutenção de suas reservas petrolíferas e a garantia de abastecimento contínuo do recurso energético (SERRANO, 2007, p.199).

Estas prioridades foram mantidas mesmo com o primeiro choque do petróleo, a despeito dos evidentes custos desta política. Estes custos incluíam o aumento da inflação nos EUA e no resto do mundo, a transferência de renda aos países árabes (embora parte das transferências fossem para as multinacionais americanas) e, especialmente, as grandes dificuldades de balança de pagamentos criadas aos demais países industrializados pelo choque do petróleo, que ao contrário dos EUA, não emitiam os dólares necessários para pagar a OPEP (SERRANO, 2007, p. 199-200).

Os aumentos nos preços das commodities levaram a economia mundial a uma forte desaceleração produzindo, junto ao acirramento dos conflitos distributivos a contração das margens de lucros e a redução dos salários reais dos trabalhadores, desequilíbrios de balanço de pagamento dos países e adoção de políticas macroeconômicas contracionistas.

É neste ambiente de instabilidade que, em 1979, sob o impacto da recente revolução no Irã, ocorre o segundo choque do petróleo que faz o preço internacional do petróleo quase triplicar. A economia mundial capitalista chegou assim, ao final da década de 70, com crescimento reduzido, inflação acelerada e com a ordem da “Era de Keynes” destruída, tanto a nível interno quanto internacional (SERRANO, 2007, p. 201).

1.2 – Mundialização Financeira e Desregulamentação dos Mercados

O termo Mundialização Financeira foi introduzido pela escola francesa, cuja abordagem foi propagada a partir das obras coordenadas por François Chesnais. Contrária, semanticamente, a acepção Globalização, termo de origem anglo-saxão amplamente utilizado por economistas mainstream e com conotação de caráter ideológico. Mundialização Financeira compreende a integração entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais e internacionais, a liberalização do mercado de capitais sob a condição de ausência de controle e supervisão por organismos governamentais, além da patente hierarquização dos mercados participantes. Abrange também a autonomização da esfera financeira em relação à produção.

O advento da Mundialização Financeira, que vislumbramos hoje, finda o chamado período glorioso ou a “Era de Ouro” na história do capitalismo no séc. XX, suplantando o modo de regulação fordista. As circunstâncias políticas reunidas, primeiramente, no Reino Unido e nos Estados Unidos criam as condições para a edificação da revolução conservadora de Margaret Thatcher e Ronald Reagan.

A segunda fase do processo de mundialização data das decisões tomadas em 1979-1981, após a nomeação de Paul Volcker para o Federal Reserve e da ascensão de Margareth Thatcher ao poder. Essas medidas decididas, respectivamente, pelos governos norte-americano e britânico, deram origem ao sistema contemporâneo de finanças liberalizadas e mundializadas (CHESNAIS, 1998, p. 25).

Após o período de inflação e instabilidade cambial dos anos 70, e subsequente, ao colapso do regime de câmbio semi-fixo de Bretton Woods, os EUA, na condição de emissor da moeda, deliberam sobre um conjunto de políticas que obrigam o restante do mundo capitalista a liberalizar os fluxos internacionais de capital com propósito de financiar seus elevados e crescentes déficits gêmeos (fiscal e de conta corrente).

A partir de então, constata-se uma vasta expansão na emissão de títulos públicos norte-americanos, o incremento dos investimentos internacionais acompanhado pela elevação dos instrumentos e empréstimos bancários, representando o aumento da mobilidade do capital financeiro e uma rápida internacionalização dos mercados de capitais, proporcionado pela flutuação cambial.

Devido a isso, os bancos centrais dos países industrializados abdicaram da intervenção estatal no gerenciamento de suas políticas monetárias perdendo assim o controle eficaz dos “aspectos contraditórios da moeda”, verificando-se a partir de então “mudanças radicais na interação entre a moeda, o crédito e a atividade econômica, em detrimento dos níveis de emprego e do desenvolvimento” (GUTMMAN, 1998, p. 69).

A preferência por políticas monetárias contracionistas é claramente observada através da acentuada elevação das taxas de juros nominais. De acordo com Chesnais (1998), “a ‘mercadorização’ dos títulos públicos marcou a entrada da economia mundial na era das taxas de juros reais positivas”. A liberalização financeira, portanto, se impõe aos países com intento de gerir sua dívida pública, que cabe lembrar, é reflexo da crise inflacionária e dos choques de juros encetados pelos EUA (CHESNAIS, 1998, p. 26).

As políticas liberais que foram postas em prática nos países industrializados, a partir do final dos anos 70, traduziram-se, efetivamente, por uma alta das taxas de juros. Os monopólios bancários foram quebrados; a concorrência entre os intermediários financeiros fez desaparecer os recursos baratos; e a concorrência entre países obrigou cada um a alinhar-se à maior taxa de juros ofertada (...) a alta taxa de juros caminhou lado a lado com uma tendência de baixa simultânea das taxas de poupança e de investimento nos principais países industrializados (PLIHON, 1998, p.120).

As políticas de integração financeira internacional, engendradas pelo poderio da economia norte-americana proclamava a instabilidade econômica e rearticulações monetárias findadas sobre o pressuposto da elevação das taxas de juros, dos diferenciais de preços dos títulos públicos, dos fluxos de ativos reais e da mobilidade de capital, acarretando na elevação dos déficits públicos dos demais países.

Existe uma ligação direta entre o crescimento em potencial das finanças globalizadas e liberalizadas e o aumento dos déficits públicos nos países industrializados, a partir do início dos anos 80. Com o peso crescente da dívida, os Tesouros públicos nacionais não podiam mais contar exclusivamente com os investidores nacionais. Era necessário apelar aos investidores internacionais, em particular aos investidores institucionais, para que adquirissem títulos públicos nacionais. É desse modo que, no início, as autoridades públicas liberalizaram e modernizaram os sistemas financeiros para satisfazer suas próprias necessidades de financiamento (PLIHON, 1998, p. 108).

Os déficits públicos transformaram-se em obstáculos para uma relativa ordem econômica mundial gerando, conseqüentemente, oscilações bruscas e renitentes das

taxas de câmbio e de juros. Esses desequilíbrios econômicos freqüentes tornaram-se um empecilho ao crescimento mundial adequado e coordenado. De acordo com Plihon (1998), “as crises e as desordens que daí decorrem perturbam o crescimento mundial, provocam importantes deslocamentos de capitais, diminuem o crescimento e, por isso, mantêm um desemprego elevado” (PLIHON, 1998, p.103).

A liberalização dos mercados cambiais e financeiros e a elevação de patamar de juros internacional induziram por toda parte à adoção de políticas deflacionistas e inibidoras do crescimento, desorganizando parte da divisão regional do trabalho e provocando o desenraizamento da grande e da pequena indústria de muitos países, freqüentemente deslocadas para áreas com condições momentaneamente mais favoráveis de produção e comercialização. A globalização financeira aumentou prodigiosamente os fluxos de capital financeiro desterritorializados (off-shore), sem registro na contabilidade dos bancos centrais (TAVARES, 1997, p. 43-44).

Introduz-se assim, o imperativo da securitização dos títulos de dívida e de propriedade e adquire, notadamente, relevância o “capital fictício”, isto é, os “ativos financeiros negociáveis, cujo valor depende da situação do mercado e se encontra dissociado das vicissitudes dos riscos industriais”, se apresentando como a desvinculação da formação de riqueza dos setores reais da economia (PLIHON, 1998, p.123).

A desregulamentação financeira veio acompanhada da criação e consolidação de produtos e procedimentos financeiros cada vez mais sofisticados, dado o uso de ágeis sistemas de informações, de uma ampliação da participação de intermediários financeiros não bancários e da centralização das poupanças financeiras das famílias e empresas através dos investidores institucionais (fundos de pensão, fundos mútuos e seguradoras).

Guttmann (1998) descreve que esses novos instrumentos financeiros, além de garantir a flexibilidade e agilidade nas operações, transformaram uma atividade de início ocasional e manifestada em momentos de aceleração inflacionária em “importante fonte de rendimento para as empresas, as instituições financeiras e as poupanças individuais”. Para ele, a especulação financeira “representa o tipo de investimento básico do recente aumento explosivo do capital fictício, envolve a compra e venda de títulos, a fim de extrair mais-valias decorrentes da diferença entre o preço de venda e o de compra” (GUTTMANN, 1998, p.82).

Caracterizados por fluxos financeiros de curto prazo, por alta liquidez e volatilidade, o capital fictício, constituído em instrumentos de “hedges” chamados derivativos (como Swaps, mercado de opções e futuro, etc), funcionam como facilitador para a rotatividade de recursos através do uso de ativos para financiamento de novos ativos, uma prática chamada “piramidização”. Essa alavancagem multiplica o ganho potencial das negociações com ativos baseado em muito pouco capital próprio. As decisões de investimentos baseiam-se, normalmente, em análises a respeito dos resultados econômicos das empresas, do governo, e de provisionamentos e expectativas dos índices e rentabilidades (CINTRA, 2000, p.113-117).

A grande flexibilidade dos derivativos veio transformar a especulação: essa atividade que no começo era um fenômeno ocasional, que geralmente se manifestava quando havia aceleração da inflação, em períodos de grande expansão, e que estava sujeita a desmoronar brutalmente na próxima inflexão de ciclo, tornou-se independente do processo cíclico e representa importante fonte de rendimento para as empresas, as instituições financeiras e as poupanças individuais (...) Essa atividade está baseada numa grande variedade de serviços financeiros, proporcionando comissões e direitos para quem fornece esses serviços (bancos mercantis, corretoras e companhias de investimento coletivo) (GUTTMANN, 1998, p.82).

Modificada a estrutura da poupança, os elevados níveis de taxa de juros encurtam o horizonte dos agentes econômicos que em busca de alta rentabilidade acabam por privilegiar a aplicação financeira de curto prazo em detrimento dos projetos de investimento com maturação de curso mais longo.

Essa nova organização das finanças responde à demanda dos agentes dominantes do jogo financeiro: tanto os emprestadores quanto os tomadores de empréstimos. Investidores institucionais (companhias de seguros, fundos de aposentaria, fundos de investimentos), tesouros públicos nacionais, caixas de bancos e de empresas multinacionais, todos preferem endividar-se ou aplicar no mercado de títulos, uma técnica mais maleável e menos custosa, graças à supressão do custo de intermediação (PLIHON, 1998, p. 111).

As conseqüências desse tipo de “financeirização global” foram produzir uma classe rentista, que ao desenvolverem forte preferência por liquidez e altas rentabilidades lastreadas pelos cofres públicos e resultados do governo, impactam persistente e negativamente na distribuição de renda, no mercado de trabalho e nas políticas sociais do Estado.

Os efeitos econômicos e sociais do novo regime de finanças de mercado vão muito além da esfera financeira. Envolvem todo o conjunto de mecanismos que comandam a exploração de mão-de-obra (flexibilização salarial, duração e intensidade do trabalho) e a distribuição de renda (CHESNAIS, 1998, p. 22).

Além disso, fica observada a exclusão dos países pobres nessa interação, pois sua integração depende da capacidade das empresas atuarem nos mercados de títulos e ações dos grandes países industrializados, consolidando uma nova divisão internacional do trabalho e beneficiando as economias centrais, principalmente, norte-americana.

CAPÍTULO 2 – INCORPORAÇÃO BRASILEIRA AO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO

Neste capítulo, serão esboçadas as condições históricas e políticas e as medidas econômicas adotadas para inserção brasileira a nova ordem mundial que conduziu ao triunfo da financeirização.

2.1 – A Crise Estrutural do Estado Desenvolvimentista

A crise do padrão monetário internacional, os dois choques do petróleo na década de 70, e o choque dos juros norte-americanos foram o estopim da crise da dívida externa nacional com forte impacto na economia, levando à crise do Estado Desenvolvimentista Brasileiro.

Modelo considerado responsável pelo nível de industrialização entre o período 1930-1980 teve como principais características:

- a) Modelo de Industrialização por Substituição de Importações;
- b) Valorização do capital industrial (nacional e estrangeiro);
- c) Reorganização e fortalecimento do Estado;
- d) Profissionalização dos serviços públicos;
- e) Crescimento das classes médias urbanas;
- f) Atividade sindical e justiça do trabalho;
- g) Concentração de renda.

De acordo com Fiori (1995), o processo de transformação da base industrial e estrutural brasileira foi, primeiramente, uma reação prática e defensiva frente à crise econômica de 1929, porém, se transfigurou gradualmente durante o Estado Novo. Em seus trabalhos, são discutidos os limites desse “desenvolvimentismo conservador” cujo

cerne está na “heterogeneidade estrutural brasileira¹” que estimulou a concepção de um Estado centralizador e autoritário e um processo de acumulação batizado como “padrão politizado de acumulação²”.

Discorre o autor sobre as diferenças apresentadas pelo padrão de industrialização dos países centrais e periféricos, em que a industrialização nos capitalismo centrais ocorreu baseada no padrão inglês de acumulação (via clássica), seguida pela industrialização americana e alemã durante a fase de competição interimperialista (via prussiana) e pelo peculiar processo de industrialização latino-americano (via colonial), ressaltando que a partir da disputa sucessória pela hegemonia foi possível ao Brasil criar “o espaço para o aparecimento e avanço dos ‘estados desenvolvimentistas’, que irão impulsionar a industrialização [...] vista neste momento como a única alternativa às restrições impostas pelo contexto internacional de crise, guerra e retração econômica” (FIORI, 1995, p.113).

Nesse contexto de estrangulamento comercial e de suspensão dos fluxos de capitais estrangeiros, somente o Estado poderia financiar os investimentos que dariam base à acumulação industrial. A necessidade imperiosa de crescer, acompanhada das dificuldades do cenário internacional compeliu o Estado ao papel de promotor do desenvolvimento através dos gastos e investimentos públicos no sentido da industrialização.

O Estado Desenvolvimentista, gestado desde a Primeira Guerra Mundial, impulsionado aos anos 30 e em plena operação a partir do Estado Novo. Nasce autoritário – como único modo de arbitrar e repor as regras de convivência com a heterogeneidade – e industrializante – como única via de lidar com as restrições externas e fazer face à complexidade crescente e irrecusável das demandas internas (FIORI, 1995, p. 136).

Tratou-se, no entanto, de uma valorização de capital caracterizada pela “monopolização precoce” e “desintegração regional”, pois a inserção brasileira à nova divisão internacional do trabalho fundamentou-se na reprimarização das exportações, no agronegócio e na indústria de baixo valor agregado mediante uso intensivo de mão-de-obra e recursos naturais (FIORI, 1995, p. 114). Além disso, inicialmente foram

¹ Fiori postula como heterogeneidade estrutural brasileira o fato de o país apresentar uma industrialização tardia, num contexto de inserção periférica na economia internacional.

² Por “padrão politizado de acumulação” entende-se “um processo de acumulação do capital viabilizado pelas lutas e compromissos políticos consagrados nas várias formas assumidas pelo Estado Brasileiro” (FIORI, 1995, 120).

implantados modelos industriais típicos da Segunda Revolução Industrial e modernizados, apenas posteriormente, pelas tecnologias difundidas durante a Terceira Revolução Industrial (FILGUEIRAS, 2000, p. 193).

A partir de 1947, com a troca da hegemonia inglesa pela norte-americana e a reestruturação do capitalismo através do Acordo de Bretton Woods (que estabeleceu a criação dos organismos internacionais FMI, GATT e BIRD), foi possível ampliar as fontes financiadoras do processo de industrialização brasileira. Expandiu-se e transnacionalizou-se as estruturas produtivas das grandes corporações multinacionais, “acionando investimentos diretos em todos os países europeus e, depois, em vários países periféricos, incluído o Brasil” (FIORI, 1995, p.148).

No quarto de século que vai de 1948 a 73, o crescimento da indústria no Brasil foi em média bastante rápido. Este crescimento não parecia, contudo, destinado a reproduzir aqui uma estrutura industrial completa e moderna. Concretamente, indústrias de base (especialmente química) e de bens de capital, revelaram-se incapazes de assumir o peso e funções que lhes correspondem nas estruturas industriais avançadas (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p.76).

Essas inversões que financiaram nossa “fuga pra frente”, possuíam a contrapartida dos investimentos pesados em infraestrutura e nas indústrias de base. O Estado promoveu a proteção da indústria através da garantia de um mercado interno, tarifas aduaneiras e políticas fiscais e monetárias expansionistas e da criação do BNDE (1952) como principal fonte de fomento a indústria de base (mineração, petróleo, siderurgia, química e fertilizantes) que com o investimento maciço em energia, transporte, comunicações, saneamento básico e urbanização, viabilizou também, a infraestrutura que deu suporte ao investimento privado da indústria de transformação.

O avanço da ação reguladora do Estado, mediante políticas de estímulo e orientação das decisões privadas, bem como a ocupação de novos espaços pelas empresas públicas, era algo inerente à decisão maior de levar adiante o desenvolvimento em meio à crise e responder ao estrangulamento externo através da reestruturação do aparelho produtivo (CASTRO & SOUZA, 1987, p. 42).

Já nos anos 1970, vigorou no Brasil o Segundo Programa Nacional de Desenvolvimento (II PND) que, baseado no Modelo de Tripé – Capital Estrangeiro, Capital Privado Nacional e Capital Estatal, abriu novas frentes de exportação bem como instituiu o Modelo de Substituição de Importações incorporando a indústria de bens de

consumo durável e de bens de capital e estimulando o investimento privado na produção de insumos básicos, máquinas e equipamentos, automóveis, caminhões, eletrodomésticos, etc. Em 1978 já admitia-se que alguns objetivos foram atingidos como, por exemplo, na indústria siderúrgica e de celulose, mas para a maioria dos insumos básicos a auto-suficiência só seria alcançada entre 1981 e 1982. O Brasil adquire, portanto, a estrutura produtiva mais desenvolvida do Terceiro Mundo.

Porém o êxito do II PND foi acompanhado de “descomunal déficit comercial”, uma vez que o desenvolvimento nacional fora edificado através do “crescente endividamento” do Estado. Para cobrir os dispêndios internos e para não frear o crescimento econômico brasileiro foram necessários vultosos empréstimos estrangeiros. Empresas estatais tornaram-se os instrumentos para captação de recursos no exterior e o governo, por sua vez, ao conter as tarifas (“que lhes subtraía a capacidade de autofinanciamento”, pois trabalhava no sentido da contenção inflacionária) e ao diferenciar circunstancialmente os juros domésticos dos juros internacionais induzia-se ao endividamento externo (CASTRO & SOUZA, 1987, p.27).

A combinação entre ajuda externa e ampliação do gasto público sem alteração da base tributária teve como conseqüências a inflação e a instabilidade cambial. Mediante emissões monetárias “alçava-se a inflação à categoria de mecanismo básico de financiamento do desenvolvimento industrial” e a partir daí “sucessivas crises financeiras e institucionais acompanharão o novo padrão de acumulação liderado pelo capital industrial” (FIORI, 1995, p. 151-152).

Segundo Belluzzo e Almeida (2002), durante esse período o Brasil passou por todas as fases do ciclo de endividamento sendo elas: a insuficiência de poupança interna para financiar os investimentos; tomada de novos empréstimos para a rolagem das amortizações e por conseqüência, ao final do período houve transferência de recursos reais ao exterior.

No final da década de 1970, o país ingressou decididamente num regime de financiamento Ponzi, ou seja, numa etapa do processo de endividamento em que a tomada de novos créditos decorreu das necessidades de cobrir o serviço da dívida passada. Naturalmente, essa situação de extrema fragilidade financeira sugeria graves conseqüências para a economia caso viesse a ocorrer um choque externo (BELLUZZO&ALMEIDA, 2002, p. 10).

Com o II PND ainda em andamento, o país foi atingido pelo segundo Choque do Petróleo e a ele se associaram a importante derrocada dos preços dos produtos primários

exportados pelo país. Viriam, ainda, se somar ao quadro de dificuldades a longa recessão dos países industrializados e o colapso do sistema internacional de crédito privado. O ano de 1979 marca, com isso, o início do fim do padrão de financiamento externo que sustentou, por mais de uma década, o crescimento e o precário regime de baixa inflação no Brasil.

Em outubro “o chairman do Federal Reserve, Paul Volcker, decidiu impor ao mundo e, particularmente, aos países devedores a carga de defesa do dólar e da estabilização da economia americana”. Este movimento unilateral dos Estados Unidos “significou, sobretudo, para os países endividados a irrupção de crises cambiais e fiscais profundas, acompanhadas da ameaça de destruição de seus respectivos sistemas monetários nacionais” (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p.11).

Em 1978, se acentuam as tensões sobre o dólar nos mercados cambiais e as taxas de juros saltaram de 6% para 8% ao ano. O crescente endividamento externo da economia brasileira e a excessiva exposição dos bancos credores ao risco Brasil determinaram o encurtamento dos prazos dos empréstimos e financiamentos e a subida dos spreads, calculados sobre a Libor e sobre a prime rate americana (BELLUZZO&ALMEIDA, 2002, p.10).

Os choques inflacionários e as máximas desvalorizações cambiais, o colapso da capacidade de importar, a dilapidação das reservas pelo crescimento explosivo das dívidas de curto prazo sob taxas de juros exorbitantes, passava a explicar uma elevada proporção do déficit de transações correntes nos anos 1980. Nas novas condições de financiamento externo “a empresa estatal passou a não dispor de comando suficiente para alterar compensatoriamente sua estrutura de financiamento”, ao contrário, “partindo de um já excessivo grau de endividamento, assistindo à progressiva deterioração da acumulação interna e com volumosos investimentos ainda por realizar” (correspondendo à sua inserção em setores mais ‘pesados’ do Segundo PND), a empresa estatal foi levada a um endividamento ainda maior. Enquanto isso, “o setor privado batia em retirada, temeroso dos riscos envolvidos na contratação de débitos em moeda estrangeira” (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p.130).

As conseqüências internas dessas políticas foram a de forte elevação das taxas inflacionárias, a desorganização das finanças públicas por meio da crescente dívida externa, o mergulho das taxas de investimento, a deterioração das relações de troca no

comércio internacional e a espantosa deformação da riqueza privada com a ajuda para o setor privado em detrimento da falência do setor público.

A estrutura do gasto público foi se tornando mais rígida, bem como aumentou a resistência de setores à tributação, à redução de favores, subsídios e incentivos; o crédito comprimiu-se violentamente no sistema financeiro e o risco do grande devedor desses anos (o setor público) comprometeu ainda mais o seu crédito (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p.149).

Na década de 1980, delineado o quadro de sérias dificuldades e denominado como a “Década Perdida”, vislumbramos a incisiva redução no volume dos investimentos, hiperinflação, declínio do crescimento econômico, uma das maiores concentrações de renda do mundo, queda nos preços das commodities, “agigantamento” da dívida externa, limites tecnológicos e financeiros do próprio Estado, vultosas fugas de capitais somadas às instabilidades internacionais e ausência de linhas de financiamento de longo prazo, que geraram desequilíbrios estruturais de monta.

A partir de então a década foi marcada pelo predomínio das políticas de ajustamento patrocinadas pelo FMI, convocado para socorrer os graves distúrbios que acometiam os balanços de pagamentos dos países devedores. Mas a missão principal do Fundo era impedir o colapso dos sistemas bancários – entre eles o norte-americano – que tinham, em suas carteiras, uma proporção elevada de empréstimos destinados à periferia (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p.13).

Foram desenvolvidos planos estabilizadores de equilíbrio fiscal e contenção inflacionária, que sem sucesso, aprofundaram as distorções de nosso sistema monetário. O Brasil torna-se, portanto, exportador líquido de recursos ao constituir elevados déficits e obrigações com os capitais estrangeiros, acirrando assim nossos problemas orçamentários. Além disso, “a quase ruptura do sistema de crédito bancário internacional em 1982 e a prolongada recessão americana e mundial não nos deixavam outra alternativa senão o ajuste recessivo” (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p.71).

2.2 – A Nova Ordem Pós-Real

Ao ter adotado o programa de liberalização produtiva, financeira, comercial e tecnológica, o país terminou expondo à competição internacional quase todo sistema produtivo, sem paralelo desde a década de 1930 (POCHMANN, 2004, p. 185).

O setor produtivo estatal até meados dos anos 1980 gozava de autonomia gerencial e financeira na indução do crescimento econômico brasileiro mediante uma grande capacidade de acumulação de capital internamente. “As empresas estatais habilitavam-se disputar o lucro agregado gerado na economia”, porém, o ajustamento a partir de finais dos anos 80, na medida em que agravou as condições de financiamento do setor público, “desorganizou também os padrões de avaliação e risco das decisões empresariais, provocando a paralisia dos agentes que comandam o investimento” (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p.129-148).

Com a crise fiscal do Estado Desenvolvimentista Brasileiro e diante de um contexto de retomada das forças políticas liberalizantes, os capitais financeiros nacionais e internacionais demandavam a abertura comercial e financeira da economia brasileira.

As seguidas discussões sobre o gigantismo estatal em consequência do esgotamento do projeto desenvolvimentista nacional e do Modelo de Substituição de Importações, desencadearam um processo de unificação das frações do capital em torno do “projeto neoliberal”.

Capitaneado pelo então presidente Fernando Collor de Mello, a partir de sua eleição em 1990, constitui-se uma nova orientação sobre as políticas externas e macroeconômicas nacionais sob premissas do “Consenso de Washington”.

O Consenso de Washington, gestado em novembro de 1989 através de reunião entre funcionários do governo norte-americano e de organismos financeiros internacionais, se tratava a priori de uma discussão acadêmica, sem caráter deliberativo, que tomou, no entanto, dimensão de um “receituário de ajustamento macroeconômico” aos países emergentes, sendo algumas de suas recomendações: Disciplina Fiscal ; Redução dos Gastos Públicos ; Reforma Tributária ; Juros de Mercado ; Câmbio Flutuante ; Abertura Comercial; Investimento Estrangeiro Direto; Privatização de Empresas Estatais; Desregulamentação Financeira e das Relações de Trabalho e Defesa à propriedade intelectual.

O Consenso de Washington é hoje um conjunto, abrangente, de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter o apoio político e econômico dos governos centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes (TAVARES & FIORI, 1996, p.18).

Para Batista (1994), a adoção do receituário econômico predicanos pelo Consenso de Washington, em contrapartida aos empréstimos concedidos por organismos financeiros internacionais, nos remeteu à revisão da legislação brasileira sobre informática e propriedade industrial, à liberalização das importações, à abertura unilateral do mercado brasileiro com a redução de barreiras tarifárias, à revalorização da cultura agroexportadora, reverenciando a vocação brasileira à exportadora de produtos primários, e à proteção irrestrita ao patrimônio privado (BATISTA, 1994, p. 132).

Diante da grande liquidez e da preocupação com as crises de endividamento externo dos países periféricos, o grupo dos G-7 e os organismos internacionais subsidiariam, através de empréstimos financeiros para ajustes de suas contas e para novos projetos de desenvolvimento, os países que apresentassem desequilíbrios fiscais (inclusive devido às alterações do padrão monetário), mas que tivessem condições estruturais e pudessem se adaptar às novas exigências do capital internacional, sob a condição da perda de suas autonomias na elaboração de políticas macroeconômicas.

A dívida tornou-se uma força formidável que permitiu que se impusessem políticas ditas de ajuste estrutural e se iniciassem processos de desindustrialização em muitos deles (...) levando a um forte crescimento da dominação econômica e política dos países capitalistas centrais sobre os da periferia (CHESNAIS, 2005, p. 40).

Neste novo contexto, o Plano Real pouco ou nada contribuiu para alterar essas tendências básicas que prevaleceram na economia. Amparado por uma estratégia de desenvolvimento cujos pressupostos são de estabilidade de preços, abertura comercial, privatizações, agregação de investimentos estrangeiros e liberalização cambial, o crescimento em franco declínio desde o início da “década perdida” teve espaço para perpetuar sua trajetória no ciclo do Real.

Do ponto de vista do investimento e da estrutura de produção, a combinação juros-câmbio do Plano Real desestimulou os projetos voltados para as exportações, promoveu um encolhimento das cadeias produtivas –afetadas, ademais, por importações predatórias – e aumentou a participação da propriedade estrangeira no estoque de capital doméstico. Os fatores acima concorriam para inibir as exportações e favoreceriam as importações, os gastos com viagens internacionais e o aumento de remessas de lucros e dividendos ao exterior (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p.380).

Como enfatiza Belluzzo e Almeida (2002) a situação fiscal e de endividamento do setor público se intensificou, pois “o acúmulo de reservas ocorridos desde então exigiu a emissão de dívida nova”. Eles ressaltam ainda que o novo padrão de endividamento externo que amparou o Plano Real foi “literalmente capturado pelo processo de globalização executando seus programas de estabilização de acordo com as normas dos mercados financeiros liberalizados” (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p.336).

Além disso, a desarticulação da máquina estatal e sua fragilização orçamentária induziram ao movimento de privatização e desnacionalização das empresas brasileiras na segunda metade da década de 90, passando a receber, predominantemente, investimentos em carteira, atraído por juros reais elevados, e investimentos estrangeiros diretos destinados a fusões e aquisições, principalmente, para a privatização do setor bancário e de utilidade pública (eletricidade, comunicações, estradas e rodagens, etc) e para, além disso, o programa de reajuste recessivo prescreveu também o controle das importações, impedindo a absorção das inovações tecnológicas em bens de capital.

Não se tratava, portanto, apenas de obter a estabilidade de preços, mediante a utilização clássica da “âncora” cambial. O objetivo parecia ser mais amplo: estávamos diante de um projeto de desenvolvimento liberal que supõe a convergência relativamente rápida das estruturas produtivas e da produtividade da economia brasileira na direção dos padrões “competitivos” e “modernos” das economias avançadas (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p.373).

De acordo com Filgueiras (2006), a estratégia de renegociação freqüente da dívida pública, sempre com juros flutuantes e com spreads elevados, reforçou a condução a uma internacionalização do processo produtivo saindo “fortalecidos aqueles grupos nacionais que conseguiram se transnacionalizar e se financiar organicamente” (FILGUEIRAS, 2006, p.186).

Sob o mesmo prisma, completa Filgueiras que a trajetória de instabilidade macroeconômica teve também como causa principal a “fragilidade competitiva da economia brasileira”, pois tornou vulneráveis as contas externas do país “em razão de crescentes saldos negativos na balança comercial, que só recentemente – a partir de 2000 - começaram a ser revertidos” (FILGUEIRAS, 2006, p.197).

A taxa medíocre de expansão da indústria, durante todo o período, esteve apoiada apenas no segmento de bens de consumo duráveis. A retração do investimento público fez declinar o gasto com a construção de nova infraestrutura, comprometendo áreas estratégicas como energia e transportes e propiciando o aparecimento de gargalos para o crescimento. A abertura comercial e financeira acompanhada das privatizações propiciou o processo de centralização de capitais (aquisição, incorporação e fusão), desnacionalização e internacionalização da economia brasileira e a “concentração da riqueza ocorreu num tipo específico de mercado financeiro, o da dívida pública” (FILGUEIRAS, 2006, p.189).

A regra básica das estabilizações com abertura financeira é a da criação de uma oferta de ativos atraentes que possam ser encampados pelo movimento geral da globalização. Nesse rol estão incluídos títulos da dívida pública, em geral curtos e de elevada liquidez; ações de empresas em processo de privatização; bônus e papéis comerciais de empresas e bancos de boa reputação; e, posteriormente, ações depreciadas de empresas privadas, especialmente daquelas mais afetadas pela abertura econômica, valorização cambial e taxas de juros altas (BELLUZZO & ALMEIDA, 2002, p. 366-367).

A emissão de títulos públicos federais atuava no sentido de conter e arrolar a dívida externa. As altas rentabilidades proporcionadas pelos títulos públicos, em uma conjuntura de redução das oportunidades de investimento, dada às incertezas na economia e a drástica diminuição da demanda, mudou o foco das empresas, instaurando a preferência na aquisição de produtos financeiros associados aos aspectos da elevação das taxas de juros e da vulnerabilidade do câmbio.

Os títulos garantidos pelo governo atraem hoje a maioria dos recursos do crédito bancário, da folga de caixa das empresas e das fortunas pessoais: uma transferência patrimonial contínua do Estado para os ricos (FILGUEIRAS, 2006, p.189).

Essa configuração cria uma nova “fração hegemônica do bloco dominante” com relevância para o capital financeiro internacional “expresso na movimentação dos fundos de pensão, dos fundos mútuos de investimentos e dos grandes bancos dos países

desenvolvidos” e com a absorção subordinada ou competitiva a este por grupos econômicos nacionais. Ambos têm aumentado suas respectivas influências no bloco dominante “levando também grandes grupos econômicos de origem não financeira a criarem suas próprias instituições financeiras” (FIGUEIRAS, 2006, p.190).

O elevado nível das taxas de juros brasileiras associado ao baixo nível das taxas de juros americanas impulsionou também o capital de aplicação financeira de curtíssimo prazo a se interessar pelas operações nos países de “mercados emergentes”, ou melhor, “nos países que possuem uma praça financeira liberalizada”, intensificando assim a suscetibilidade do sistema ao ataque especulativo, ao fenômeno de “overshotting” do setor financeiro sobre o setor real (CHESNAIS, 2005, p.23). Ao mesmo tempo as empresas são impelidas a rever seus projetos de investimentos por razões ligadas à racionalidade econômica sobre os custos de produção e os retornos esperados pela compra de títulos do tesouro, mais rentáveis que o investimento produtivo. “A alta das taxas agrava as dificuldades orçamentárias, aprofunda a recessão assim que ela começa” (CHESNAIS, 2005, p.220-221).

Fechando o círculo deletério, as elevadas taxas de juros e a enorme dependência externa, além de comprometerem o crescimento econômico, fragilizaram também as finanças públicas e inviabilizaram a ação e os investimentos do Estado em todas as áreas. Em particular, tornaram as políticas sociais estritamente assistencialistas e focalizadas e, por isso, claramente insuficientes tendo em vista o estrago provocado pela estagnação econômica, em especial sobre a parcela mais pobre da população (FILGUEIRAS, 2006, p.197).

Sob este aspecto, fica ainda incumbido o Estado, a partir do ciclo do Real, extrair consecutivos superávits primários para fins de amortizações das obrigações com títulos públicos da dívida interna e externa. Como afirma Tavares:

As políticas de contenção de demanda global com alterações de preços relativos a favor dos bens exploráveis, seguindo as recomendações de ajuste convencional do balanço de pagamentos, têm conseguido, mediante políticas macroeconômicas recessivas e políticas cambiais ativas, obter superávits comerciais para cobrir, pelo menos em parte, o serviço da dívida externa (TAVARES & FIORI, 1997, p. 76).

Não obstante, os investimentos estrangeiros diretos, direcionados à privatização do setor produtivo estatal e dos serviços públicos, retornam aos seus países de origem mediante remessa de lucros e dividendos e provocam também problemas persistentes no Balanço de Pagamentos brasileiro. Além disso, facultou-se ao agronegócio maior

importância, o que agrava nossa vulnerabilidade frente ao comércio internacional pelo fato de ser (assim como a composição de nossa pauta de exportações) constituída por produtos de baixo conteúdo tecnológico, como atesta Chesnais “o processo de reestruturação se transforma em desindustrialização: partes inteiras do aparelho produtivo industrial desaparecem e o crescimento das exportações resulta de um aumento da especialização nos produtos primários agrícolas e minerais”. Do ponto de vista corrente e patrimonial, esse fato determinou uma transferência de renda e riqueza em favor dos importadores, produtores de não-tradeables e rentistas (CHESNAIS, 2005, p.217).

Assim, a economia brasileira, exposta de forma abrupta à concorrência internacional, estagnou e se tornou extremamente instável. As reduzidíssimas taxas de crescimento e a dramática deterioração do mercado de trabalho apareceram como um resultado *natural*, num ambiente interno marcado por elevadas taxas de juros e precárias condições da infra-estrutura do país, além da mais absoluta ausência de qualquer tipo de política industrial, agrícola, tecnológica e de comércio exterior por parte do Estado (FILGUEIRAS, 2006, p.197).

CAPÍTULO 3 – REFLEXOS DA INSERÇÃO ‘À BRASILEIRA’

Neste capítulo, relacionaremos o processo de financeirização da economia brasileira aos baixos níveis de investimento produtivo e aos elevados índices de desemprego, informalidade do trabalho e manutenção das desigualdades de renda e sociais, baseando-nos em dados estatísticos de fontes oficiais.

3.1 - Impacto da financeirização na acumulação produtiva

Segundo Marx, capital industrial é todo aquele que, independentemente do setor em que atue, toma de modo alternado a forma de capital monetário, capital produtivo e capital-mercadoria (tangível ou intangível) (...) o capital só pode ser industrial (produtivo) e se reproduzir ampliadamente se, do valor excedente de cada etapa, uma parte substantiva já estiver disponível para a etapa seguinte sob a forma de novos meios de produção. Em outras palavras, sem meios de produzir riqueza, ou com meios que crescem muito lentamente, lento será o crescimento da própria riqueza, bem como o do consumo e o do bem estar a ela atrelados (PAULANI & PATO, 2008, p.101).

A partir dos anos 1990, a opção por adotar medidas de ajustes preconizadas pelo Consenso de Washington e expressas principalmente pela liberalização comercial e financeira no Brasil, fora justificada pelo esgotamento do padrão de financiamento da economia, pela necessidade de estabilização monetária e por um projeto de modernização do país. Contudo, esse “processo de abertura foi malfeito, excessivamente rápido e careceu de negociações” o que levou à “desindustrialização de segmentos produtivos importantes” no país (COMIM, 1998, p.17).

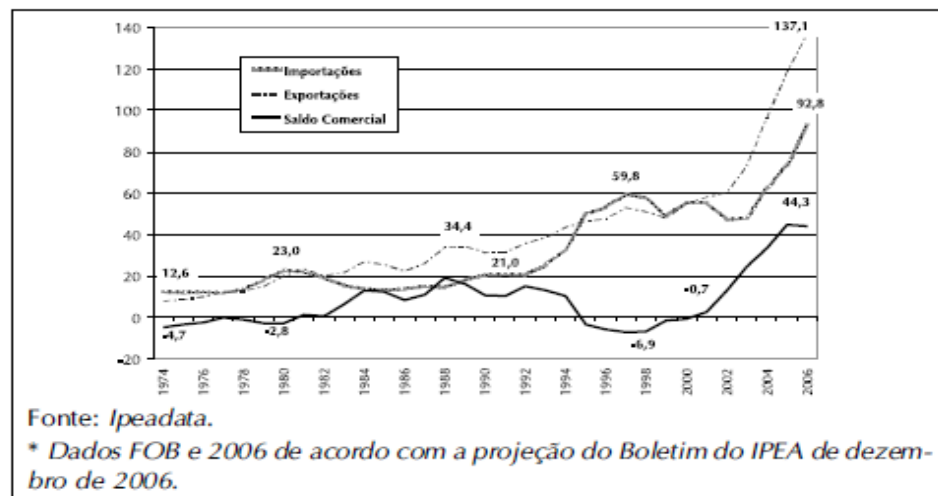
Segundo Lesbaupin (2000), em 1995 “o Brasil era um país respeitado internacionalmente, com um parque industrial significativo, com imensos recursos naturais, com empresas estatais altamente competitivas em áreas estratégicas e [...] com uma ampla rede de produção de energia elétrica” e por isso, com grande potencial de desenvolvimento. Porém, com o sucesso do Plano Real e das políticas de privatização e desnacionalização do parque produtivo, caiu por terra o projeto de crescimento e desenvolvimento nacional sustentado (LESBAUPIN, 2000, p.7).

Durante o período de consecução do Plano Real, houve uma invasão de produtos importados, uma penetração exploratória de novas empresas transnacionalizadas, uma reestruturação produtiva desfavorável às políticas de emprego com fusões e aquisições que implicaram no fechamento de diversas empresas nacionais.

As importações começaram a crescer acentuadamente em volume, valor e, sobretudo, variedade. Milhares de artigos que jamais se pensou que pudessem ser trazidos do exterior – de leite, manteiga e batatas fritas a eletrodomésticos, roupas, etc. – começaram a encher as prateleiras de lojas e supermercados. Isso representou um choque para nossa indústria, porque a maioria destes artigos não era importada dos países adiantados, de onde se originavam os produtos de marcas prestigiosas, mas de países asiáticos, em que o custo do trabalho era ainda menores que no Brasil. Para enfrentar esta nova concorrência externa, as indústrias brasileiras foram obrigadas a baixar seus preços e, em muitos casos, de forma acentuada (SINGER, 2000, p.31).

Gráfico 3.1

Exportações, Importações e Saldo Comercial* – 1974-2006
(Em US\$ Bilhões)

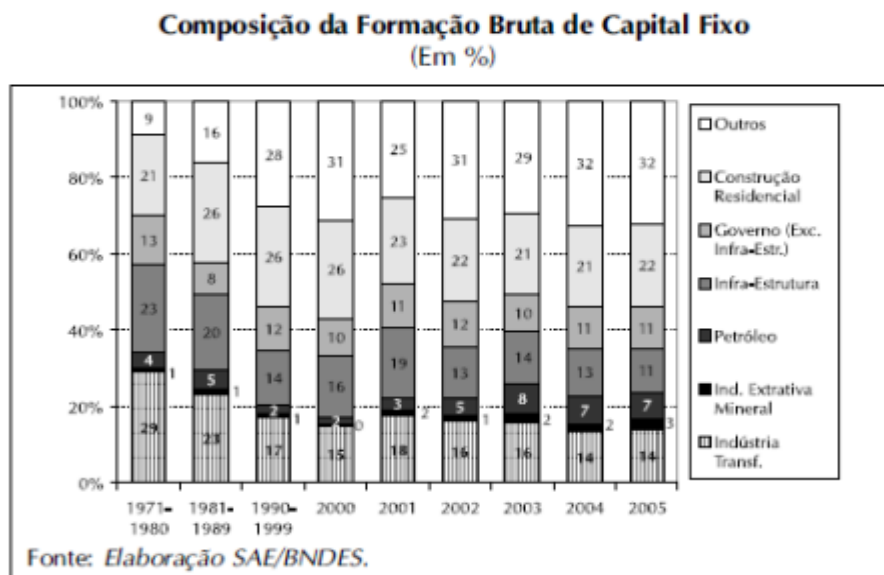


Extraído de: (FILHO & PUGA, 2007, p.21).

Comim (1998) sugere que uma reativação dos investimentos, nesse período, foi direcionada apenas à construção civil, infra-estrutura e a produção de bens de consumo que são segmentos pouco dinâmicos e de baixo valor agregado. 72% dos investimentos foram destinados ao segmento de bens de consumo, dos quais a indústria automobilística concentra metade do montante, outros 20% foram para o complexo eletrônico e mais 9% para a indústria química e farmacêutica. Perfazendo $\frac{3}{4}$ do total de investimento somente nesses setores.

Além disso, a produção nacional de bens de capital, o melhor indicador dos impactos para o interior da cadeia industrial de investimento, permaneceu caindo e a demanda por bens de capital encontrou nas importações seu principal veículo de expansão. Já o dinamismo exportador tem sido maior nas grandes empresas de capital estrangeiro e a composição dessas exportações está em 2/3 baseada em commodities. Ao Brasil restou, portanto, uma matriz industrial menos complexa e pouco competitiva.

Gráfico 3.2



Extraído de: (FILHO & PUGA, 2007, p.32).

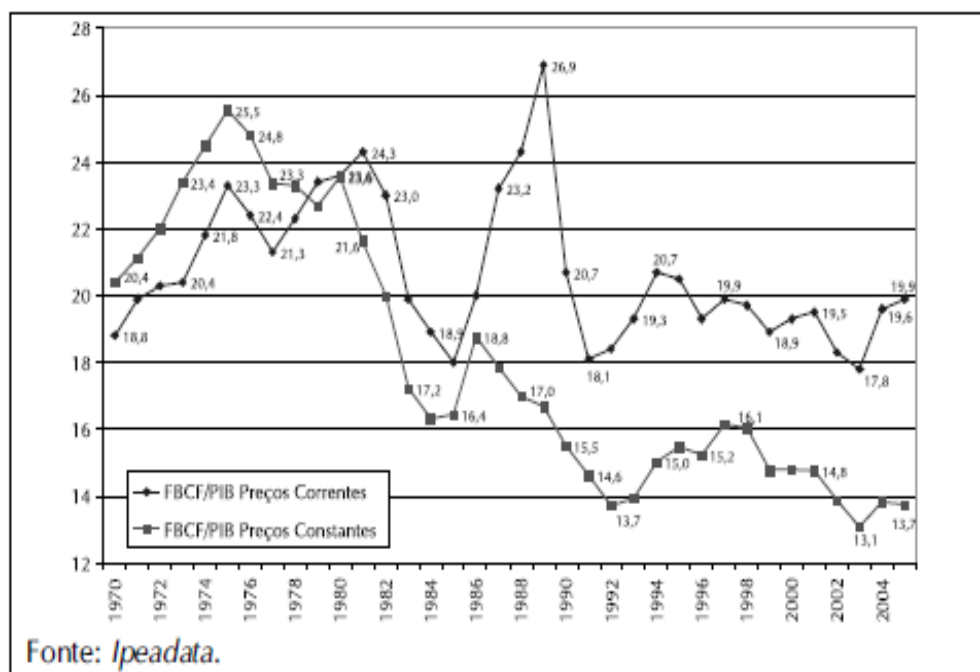
Diante disso, é possível supor que a liberalização comercial e financeira não surgiu como uma oportunidade para minorar os problemas de Balanço de Pagamentos brasileiro, mas como uma ameaça à cadeia produtiva nacional.

O segundo elo da hipótese otimista (HO), o da reativação das cadeias produtivas, não apareceu até agora, exceto em alguns segmentos. Isto se vê também de forma mais desagregada, por exemplo, no setor eletrônico, que é (ou era) um dos mais dinâmicos desde a estabilização: a privatização das telecomunicações e o crescimento do consumo de eletrônicos vêm puxando fortes investimentos no setor, mas isto tem se traduzido basicamente em plantas de montagem, com escasso impacto na direção de uma 'reintegração produtiva'. O investimento acaba puxando as importações de componentes, de peças e até de algumas matérias-primas, mas não retorna à matriz industrial, que continua perdendo densidade (COMIN, 1998, p.18-19).

A ausência de crescimento do estoque de capital fixo produtivo (taxa de acumulação) tem conseqüências diretas sobre o desenvolvimento econômico e social do país, uma vez que, são compostas pelo conjunto das máquinas, equipamentos e infra-estruturas necessárias para o incremento da produtividade nacional e do padrão de vida da população.

Gráfico 3.3

Taxa de Formação Bruta de Capital Fixo no Brasil – 1970-2005
(Em % do PIB)



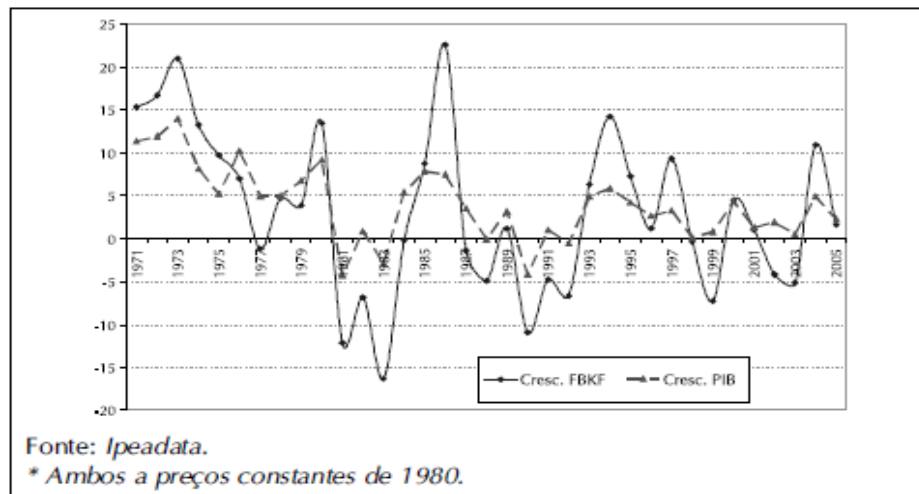
Extraído de: (FILHO & PUGA, 2007, p.31).

O gráfico apresentado acima, demonstra uma forte queda das taxas de FBKF em proporção do PIB, evidenciando a trajetória recessiva do período recente.

Os ganhos de produtividade do trabalho, por sua vez, estão associados, diretamente, ao montante de capital fixo (intensidade do capital) e uma queda desta relação pode significar baixo crescimento do PIB e da ocupação.

Gráfico 3.4

Taxa de Crescimento do PIB e do Investimento no Brasil*
(Em % Anual)



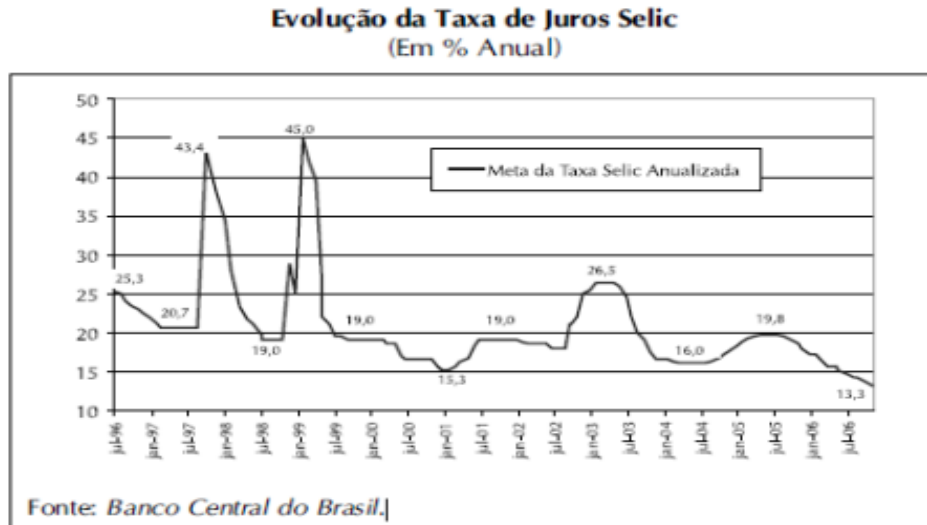
Extraído de: (FILHO & PUGA, 2007, p.29).

Para Paulani e Pato (2008) a trajetória claramente descendente da formação bruta de capital fixo no período pós-real desfaz o mito de que “a década de 1980 teria sido a década perdida”. Segundo eles, a relação FBKF/PIB da economia brasileira nos anos 1980 foi em média de 18,55% que embora inferior aos anos 1970 (23,1%) é maior do que a verificada na década de 1990 (15,5%). De 2000 a 2004 os resultados são ainda piores caindo para 14,07% e de 2002 a 2004 para 13,6%. O PIB per capita ao longo dos anos 1990 cresceu irrisórios 1,57% e “os quinze anos que vão de 1990 a 2004 acumularam um crescimento per capita do PIB de 7,33%, ou seja, em quinze anos o país cresceu menos do que nos dez anos da ‘década perdida’” (PAULANI & PATO, 2008, p.73-77).

A anêmica formação de estoque de riqueza na economia brasileira, principalmente a partir dos anos 1990, tem como uma de suas conseqüências funestas a incapacidade de crescimento do país, uma vez que, não são criadas, a cada ano, as condições para a produção de um fluxo futuro aumentado de bens e serviços. Daí o declínio do PIB e do PIB per capita percebido ao longo do mesmo período (PAULANI & PATO, 2008, p.75).

A adoção de juros nominais e reais muito elevados para padrões internacionais marcou também a política econômica nos dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A economia e o Estado Brasileiro estão funcionando, prioritariamente, para pagar juros.

Gráfico 3.5

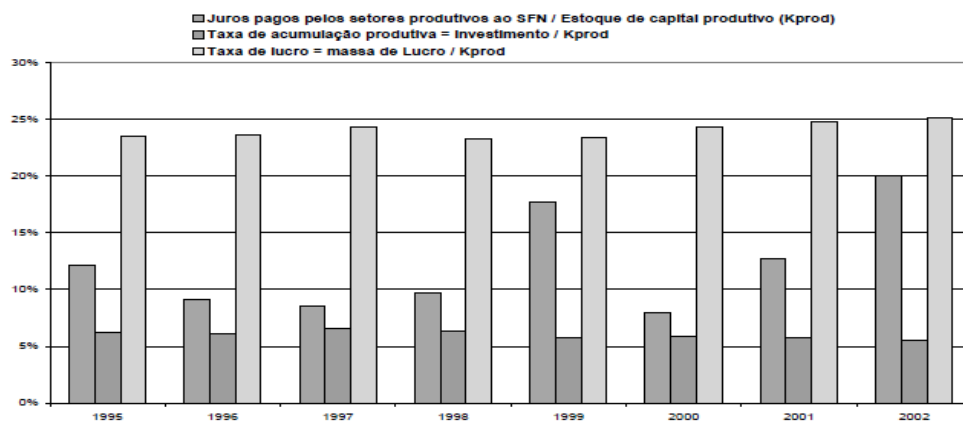


Extraído de: (FILHO & PUGA, 2007, p.24).

Segundo Bruno (2004) “um processo de financeirização ocorre quando a participação relativa dos ativos financeiros no total de ativos das empresas não-financeiras e das famílias atinge cifras consideráveis por seus impactos nas decisões de investimento e acumulação de capital produtivo” e o aprofundamento da lógica especulativa em investimentos de portfólio atua no sentido da contenção das margens de rentabilidade dos setores diretamente produtivos a fim de responder à “punção rentista dos mercados financeiros” (BRUNO, 2004, p.13).

Gráfico 3.6

Despesas de Juros, taxa de acumulação e taxa de lucro das empresas não financeiras (1996 - 2002)

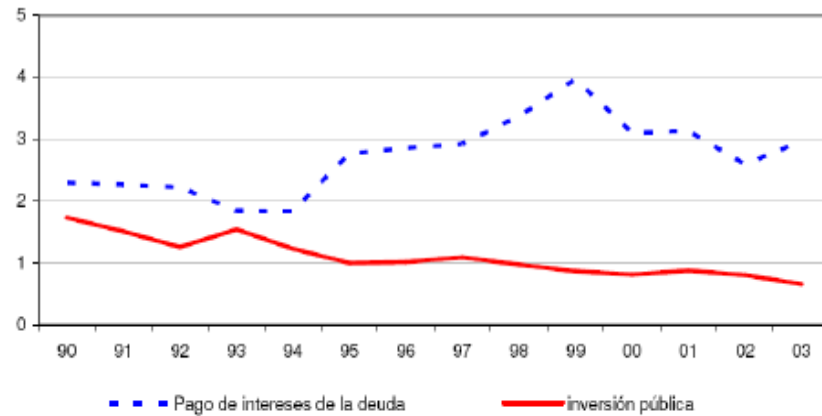


FONTE: Elaborado a partir de dados do DECNA/IBGE.

Extraído de: (BRUNO, 2004, p.22).

Gráfico 3.7

Evolução das Despesas Públicas com Juros da Dívida e Investimentos: 1990/2003: em proporção do PIB



Fonte: Copilado do estudo da CEPAL

Paulani e Pato (2008) apontam que “vêm se elevando as despesas decorrentes de investimentos em carteira”, sobretudo, em ações e títulos ou fundos de renda fixa tanto por parte do setor público quanto por parte do setor privado, e que assustam a velocidade e magnitude que tem assumido nos últimos anos. Enquanto a carga tributária líquida permanece em nível médio de aproximadamente 16% do PIB entre 1993 e 2004, neste mesmo período a carga financeira alcançou a cifra de 29% do PIB.

No caso do Brasil, temos, de um lado, o declínio indiscutível da capacidade da economia brasileira de formar capital (dificuldade que começa no início dos anos 1980 e não para de crescer desde então) e, de outro, temos no mesmo período, um crescimento também indiscutível e bastante acelerado das despesas com rendas de investimento (ou pagamento de serviços de fatores de produção). Exporta-se capital de modo crescente, enquanto cada vez menos capital é produzido internamente (PAULANI & PATO, 2008, p.79).

Marques (2010) ressalta ainda que esta imposição da nova lógica de curto prazo às empresas industriais e comerciais gera a depreciação dos investimentos a precarização dos salários e do trabalho e a perda de direitos sociais. O desemprego alto é reflexo de um regime de acumulação extremamente baixo.

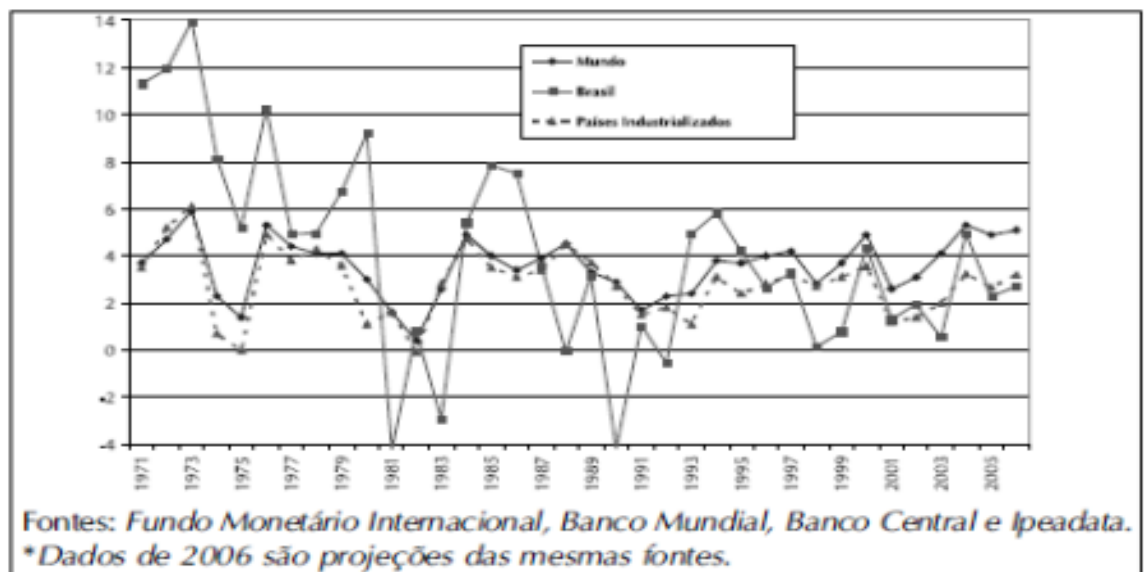
E, mesmo com a estabilização obtida com o Plano Real e a abertura do mercado de capitais aos investimentos estrangeiros, não ocorreu expressivo aumento no ingresso de capitais produtivos. A expansão do investimento direto estrangeiro não se refletiu com mesma intensidade nas taxas de investimentos e apesar das isenções de imposto de

renda sobre lucros e dividendos remetidos para o exterior, o montante absoluto de recursos entrantes foi pouco significativo no período entre 1995 e 2004, sendo estes direcionados à compra e fusões de empresas sem implicar na ampliação da capacidade produtiva instalada.

As implicações da aderência a um regime de acumulação financeirizado tem sido a decadência econômica de muitas regiões e de determinados setores produtivos que embora apresente alguma melhora nos últimos anos está longe de acompanhar o vigoroso crescimento mundial constatado ao longo do século XXI.

Gráfico 3.8

Taxas de Crescimento da Economia Mundial, do Brasil e dos Países Industrializados – 1971-2006*
(Em %)



Extraído de: (FILHO & PUGA, 2007, p.20).

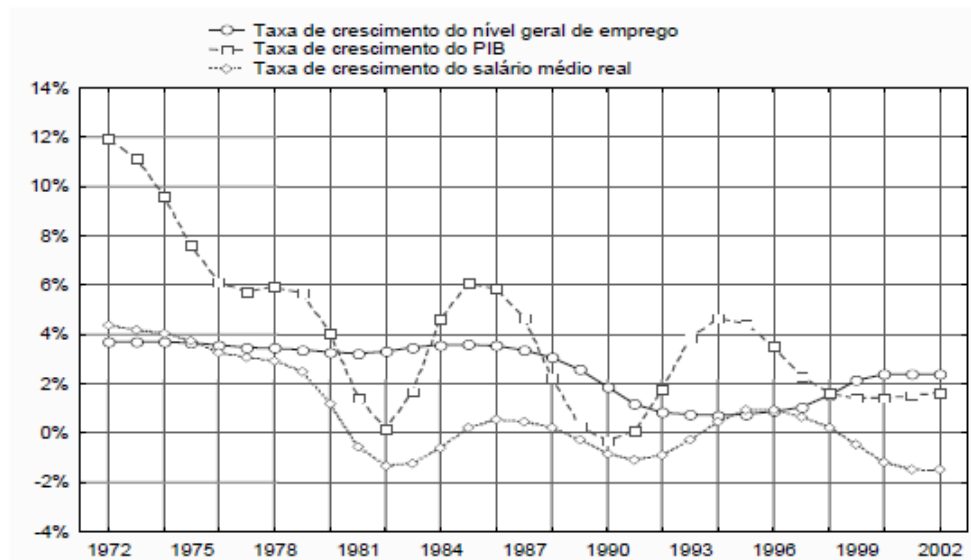
3.2 - A Ocupação e o Emprego no período Pós-Real

O grande aumento nos níveis de desemprego teve nas características do ajuste econômico o seu principal determinante.

A reação das empresas, dada a menor competitividade frente aos concorrentes externos a que foram levadas, foi imediata: aceleraram a terceirização de atividades, abandonaram linhas de produtos, fecharam plantas, racionalizaram a produção, importaram máquinas e equipamentos, buscaram parcerias, fusões ou transferência de controle acionário, e reduziram custos, sobretudo da mão de obra (MATTOSO, 2000, p.122).

Gráfico 3.9

Dinâmica do PIB, do salário médio real e do nível de emprego na economia brasileira (1972 a 2003)



FONTE: Elaborado a partir de dados do IBGE, CNI e IPEADATA.

Extraído de: (BRUNO, 2004, p.8).

Os resultados de nossa inserção ao projeto neoliberal são modestos no sentido do desenvolvimento econômico, uma vez que, foram limitadas à estabilização monetária e ao equilíbrio fiscal em detrimento do investimento público e privado e da manutenção e geração de empregos. E, a partir da incorporação brasileira ao regime de financeirização da economia, foram impostas novas normas de rentabilidade sobre as empresas gerando pressões bastante fortes sobre a remuneração, flexibilidade e produtividade dos trabalhadores.

Os assalariados foram as verdadeiras vítimas da chegada dos proprietários acionistas. É contra eles que se exerce o novo poder administrativo. Foram eles que sofreram e vão continuar a sofrer, desconsiderando acontecimentos políticos e sociais maiores, os efeitos das normas de rentabilidade impostadas pelos financistas (...) O rigor salarial e a flexibilização do emprego, assim como o recurso sistemático ao trabalho barato e pouco protegido, por meio da deslocalização e da subcontratação internacional, permitiram esse movimento (CHESNAIS, 2005, p.55).

A precarização das condições de trabalho, com contratações flexíveis e terceirizadas que prolonga a jornada de trabalho, reduz o rendimento dos trabalhadores e flexibiliza a legislação trabalhista, é vista, então, como o reflexo mais contundente, no aspecto social, sobre o resultado dos ajustes requeridos pelo Consenso de Washington.

Para Mattoso (2000), a intenção de transplantar a ‘modernidade’ a partir da integração à globalização financeira internacional é interpretada como uma “política econômica aventureira – baseada no tripé da abertura econômica e financeira indiscriminada, na sobrevalorização do real e nos elevados juros – (que) teve por consequência uma profunda desestruturação produtiva e do mercado de trabalho, além de ampliados desequilíbrios das contas públicas e das contas externas e do desmonte do Estado” (MATTOSO, 2000, p.116).

O autor interpreta o desempenho do mercado de trabalho, durante o período pós-Real, como resultado de uma intensa desestruturação produtiva, pois o desemprego alcançou um nível recorde mesmo quando a economia apresentava crescimento.

Na principal região metropolitana do país, a cidade de São Paulo, a taxa de desemprego total (aberto e oculto) chegou a atingir, em 2003, 19% da população economicamente ativa – de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). A partir de então, assistiu-se a uma pequena redução, decorrente da retomada do crescimento a partir de 2004 (FILGUEIRAS, 2006, p.188).

Para ele, modificou-se a estrutura do emprego assalariado no país com a formação de novos postos de trabalho informal, sem carteira assinada, contratados por empresas ‘terceirizadoras’ de serviços e com o aumento de trabalhadores autônomos, por conta própria.

Apesar do crescimento desse tipo de trabalho assalariado e autônomo amainar uma explosão do desemprego, tornou, por outro lado, as condições e relações de trabalho ainda mais precárias. “Desta forma, reduziu-se a participação dos assalariados, conformando um verdadeiro processo de ‘desassalariamento’, com ampliação da

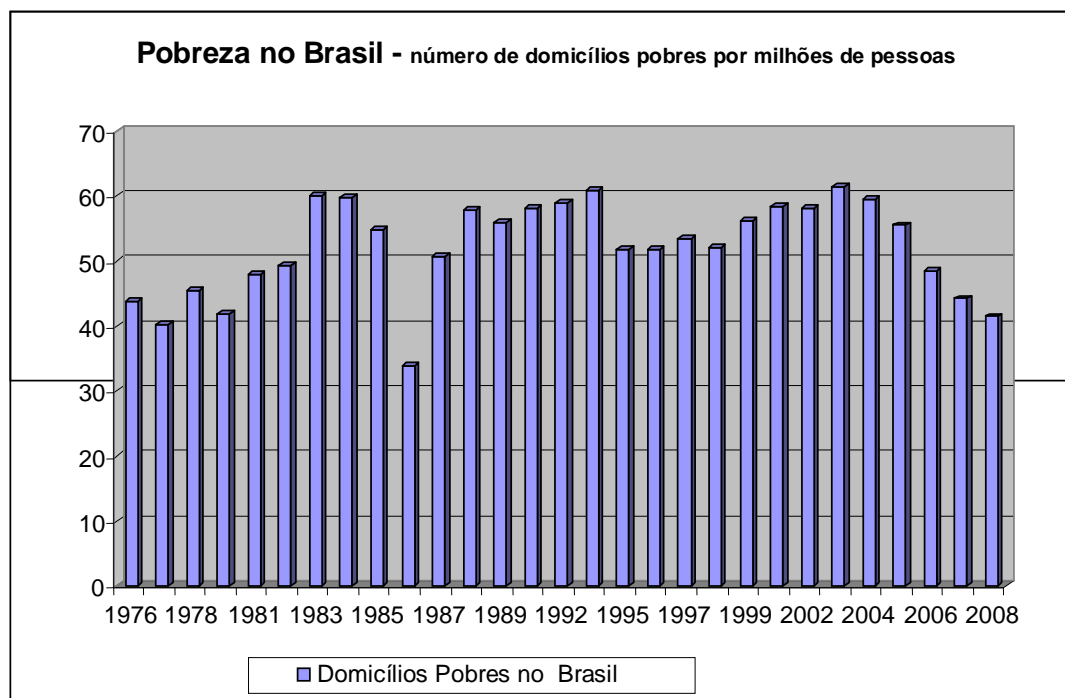
ocorrência de condições de trabalho onde prevalecem situações sem contribuição à Previdência e, portanto, sem acesso à aposentadoria e à saúde pública” (MATTOSO, 2000, p. 129).

As relações de trabalho sofrem pelo crescimento de mecanismos contratuais unilaterais ou por empresa, que terminam, no longo prazo, por favorecer a desvalorização da contratação coletiva mais setorializada ou centralizada, a preservação de baixos salários e, sobretudo, a ampliação do leque de rendimentos dos ocupados (MATTOSO, 2000, p.130).

Segundo Pochmann (2004) “de cada 10 vagas abertas na década de 1990, por exemplo, 07 pertenceram às atividades como trabalho doméstico, ambulante, limpeza e segurança pública e privada”. Miséria, altas taxas de desemprego, concentração de renda e tensão social dentre tantos outros problemas, acompanham mais vigorosamente a partir de então a sociedade brasileira.

Na mesma linha de análise, Gonçalves (2000) aponta que “os baixos salários são determinantes do nível de pobreza nas áreas urbanas” e caracteriza um grave problema de distribuição de renda. Pobreza aqui, pode ser entendida como privação de renda ou recursos suficientes para prover as necessidades básicas do indivíduo.

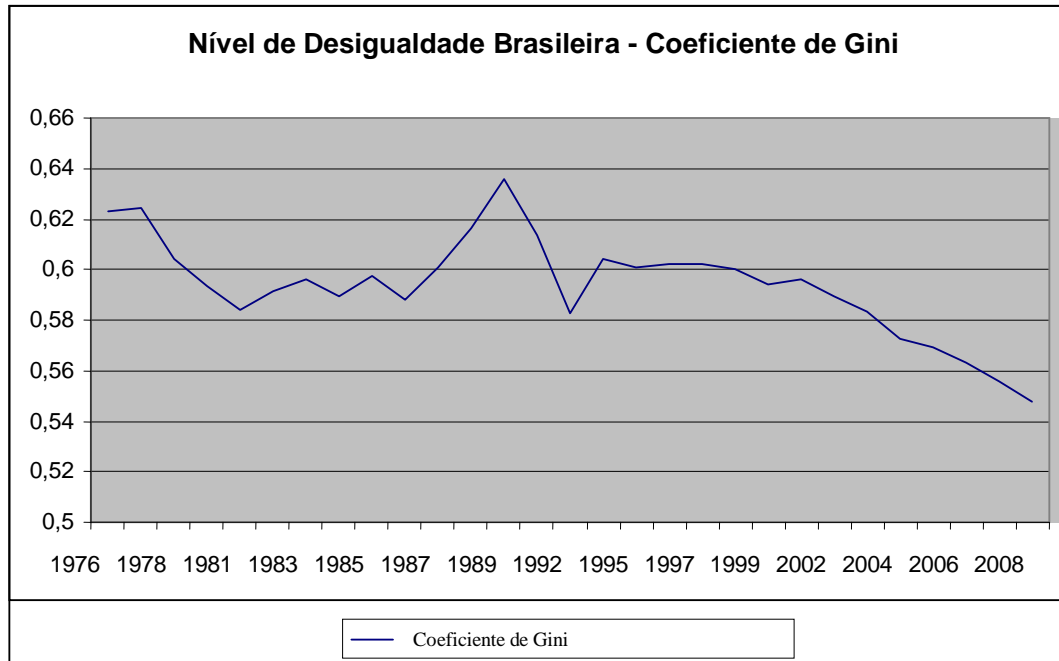
Gráfico 3.10



Fonte: IPEADATA. Elaboração Própria.

O crescimento do desemprego e a proliferação de formas precarizadas de trabalho têm ampliado o foco de desigualdade, bem como “o aumento de desempregados, de precarizados e dos sem-teto” (CHESNAIS, 2005, p.67).

Gráfico 3.11



Fonte: IPEADATA. Elaboração Própria.

Pochmann (2002) menciona ainda que mudanças no padrão de uso e remuneração da força de trabalho propiciaram “a queda nas taxas de sindicalização e no número de greves” revelando o maior grau de autonomia das empresas na determinação dos salários e condições de trabalho (POCHMANN, 2000, p.34). Assim:

Assiste-se à conformação de um padrão de sociedade dual, entre aqueles que se encontram plenamente incluídos, por meio de uma ocupação regular e de boa qualidade, e os demais, os precariamente incluídos (subemprego, ocupações atípicas, parciais) e os excluídos (sem emprego por longa duração). A incapacidade de as instituições (sindicatos, partidos, Estado) darem suporte adequado aos que se encontram marginalizados não estaria revelando uma simples falha do funcionamento de mercado, mas também das próprias instituições sociais (POCHMANN, 2000, p.22).

Portanto, ao adotarmos tais medidas que vão de ajuste fiscal à involução dos níveis de investimentos públicos e privados chegamos ao ponto de subordinar a sociedade, o processo político e econômico ao afã rentista dos grandes detentores de

ativos financeiros e acabamos por isentar o poder público do tratamento de questões sociais fundamentais como educação, saúde, distribuição de renda e eliminação da pobreza.

E o mais desalentador dos quadros é saber que, apesar de serem questões prementes, repercutem muito pouco enquanto preocupação fundamental da sociedade. Como cita Belluzzo (2000) “A ética da solidariedade é substituída pela ética da eficiência e, desta forma, os programas de redistribuição de renda, reparação de desequilíbrios regionais e assistência a grupos marginalizados têm encontrado forte resistência dentro das sociedades” (BELLUZZO, 2000, p. 19).

O que não se deve é, em nome de um falso conceito de responsabilidade fiscal, buscar equilíbrio em nível tão baixo de receitas e despesas que inviabilize o desempenho pelo Estado de funções essenciais de incentivador do desenvolvimento, de promotor do pleno emprego e da justiça social (BATISTA, 1994, p. 20).

CONCLUSÃO

Através de um apanhado histórico conceitual, o presente trabalho procurou desvelar de que modo se apresenta o novo padrão de acumulação de capital baseado no enraizamento e predominância do capital financeiro.

Construída sobre a égide da hegemonia norte-americana o processo de financeirização, a partir de meados dos anos 1970 no mundo e meados de 1990 no Brasil, instaurou importantes mudanças estruturais no que concerne às políticas macroeconômicas, a natureza patrimonial e a gestão pública.

O Estado brasileiro, sempre no afã de remediar seus persistentes déficits públicos e crescente endividamento interno e externo acabou por conceber uma política econômica que preserva os ganhos excepcionais dos credores à custa da estagnação econômica, da sub-acumulação de capital e da queda do emprego e da renda dos trabalhadores.

O corte nos investimentos públicos e gastos sociais é reflexo contundente de uma política que desprivilegiou a produção e o bem estar social em detrimento dos ganhos decorrentes de investimentos financeiros, gerenciados pelo próprio Estado, a partir da elevação das taxas de juros e da flutuação cambial.

Este trabalho adquire importância, justamente, por apontar a necessidade do restabelecimento e estímulo ao investimento a partir de uma reestruturação da cadeia produtiva nacional que garanta autonomia ao país e que fomente uma pauta exportadora diversificada e a premência na criação de novos empregos e de um sistema de proteção social vigoroso que contemple a população com previdência social, saúde, educação, cultura, saneamento básico e assistência social de qualidade, em busca de uma sociedade se não igualitária e justa (pois de acordo com Belluzzo são noções que já caíram em desuso), menos desprezível.

Certamente, não se encerrará por aqui os esforços de compreensão sobre esse processo de financeirização da economia, bem como, sobre as suas conseqüências diretas e indiretas para a sociedade brasileira, numa tentativa de contribuir para mudanças que nos direcionem a um padrão mais humano de sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATISTA, Paulo Nogueira. "*O consenso de Washington e a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*". Em LIMA SOBRINHO, Barbosa et alli. Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público. São Paulo, Paz e Terra, 1994.
- BELLUZZO, L. G. e ALMEIDA. J.G. **Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civillização Brasileira, 2002.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **As transformações da economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais**. *Política Econômica em Foco*, n. 7 – nov. 2005/abr. 2006, P.24 (SEÇÃO I)
- BOCCHI, João Ildebrando. **Crises capitalistas e a escola francesa da regulação** – Pesquisa & Debate, SP, volume 11, número 1 (17), p.26-48, 2000.
- BRUNO, Miguel. **Wage-Labor Nexus, Financeirização e Acumulação de Capital no Brasil: Evolução, Configuração Atual e Interdependências Estruturais**. Artigo publicado no IX Congresso da SEP (MA), 2004.
- BRUNO, Miguel. Lucro, acumulação de capital e crescimento econômico sob finanças liberalizadas: o caso brasileiro. In: **Perspectivas para a Economia Brasileira : Inserção Internacional e Políticas Públicas**. Organizadores : FERREIRA, Léo da Rocha, PAULA, Luiz Fernando de e ASSIS, Milton. EDUERJ, setembro, 2006.
- CHESNAIS, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências**. São Paulo, Boitempo, 2005.

- CHESNAIS, François (Coord.) **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos.** São Paulo: Xamã, 1998.
- CINTRA, Marcos Antonio Macedo. **A dinâmica do novo regime monetário-financeiro norte-americano. Uma hipótese de interpretação** – Estudos Avançados 14 (39), SP, 2000.
- COMIN, Alexandre. Entre a hipótese otimista e o Real: Os limites da retomada dos investimentos. In: MELLO, Cristina H.P. de Mello: **Reestruturação Industrial** – Cadernos da PUC Economia; 6. São Paulo. EDUC, 1998. p.11-39.
- EICHENGREEN, Barry. **A globalização do capital – Uma História do Sistema Monetário Internacional.** São Paulo: Ed.34, 2000.
- FILGUEIRAS, Luiz. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico.** In publicação: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, agosto 2006, v. 1, p. 179-206.
- FILGUEIRAS, Luiz. **A história do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições.** São Paulo, Boitempo Editorial, 2000.
- FILHO, Ernani e PUGA, Fernando. **Investimento na Economia Brasileira: A caminho do crescimento sustentado.** Publicações BNDES, 2007.
- FIORI, José Luis da Costa. **O vôo da coruja. Uma leitura não liberal da crise do Estado Desenvolvimentista.** Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1º Edição, 1995.
- FIORI, José Luís. **O Poder americano.** Petrópolis, Ed. Vozes, 2007.
- GONÇALVES, Reinaldo. Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira. In: LESBAUPIN, Ivo. **O desmonte da nação: Balanço do Governo FHC.** Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

GUTTMANN, Robert. As mutações do capital financeiro. In: CHESNAIS, François. **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã 1998. p.141-183

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 16ª edição 2007.

HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): <http://www.ipea.gov.br>

LESBAUPIN, Ivo. **O desmonte da nação: Balanço do Governo FHC**. Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

MARQUES, Rosa Maria. **O Brasil sob a nova Ordem: A economia brasileira contemporânea – Uma análise dos governos Collor a Lula**. São Paulo, Saraiva, 2010.

MATTOSO, Jorge. Produção e emprego: renascer das cinzas. In: LESBAUPIN, Ivo. **O desmonte da nação: balanço do Governo FHC**. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2000.

PAULANI, Leda e PATO, Christy G. Investimentos e servidão financeira: O Brasil do último quarto de século. In: PAULANI, Leda. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico**. São Paulo. Boitempo, 2008.

PLIHON, Dominique. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira: a responsabilidade das políticas liberais. In: CHESNAIS, François. **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã 1998. p.61-97

POCHMANN, Márcio et al. (2004). **Atlas da Exclusão Social - Os Ricos no Brasil**. São Paulo, Editora Cortez, vol. 3.

- POCHMANN, Márcio. **Desempregados do Brasil**. In: ANTUNES, R.. (Org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006, v.1, p. 59-73.
- POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: Exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo, Contexto, 2002.
- POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- SALAMA, Pierre. A financeirização excludente: as lições das economias latino-americanas. In: CHESNAIS, F. (Org.). **A mundialização Financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo, Xamã, 1998.
- SERFATI, Claude. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In: CHESNAIS, François. **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã 1998. p. 141-183
- SERRANO, Franklin. Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: FIORI, José Luis. **O Poder americano**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2007. p.139-178.
- SINGER, Paul. A raiz do desastre social: a política econômica de FHC. In: LESBAUPIN, Ivo. **O desmonte da nação: Balanço do Governo FHC**. Petrópolis, Editora Vozes, 2000, p. 25-44.
- TAVARES, M.C. e FIORI, L. **Poder e Dinheiro – Uma política da Globalização**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997
- TAVARES, Maria da Conceição. **Globalização e Estado Nacional**. Revista Conjuntura Econômica – FGV. Caderno 50 Anos de Conjuntura Econômica. Nov. 1997.
- TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis. **Desajuste Global e modernização conservadora**. Ed. Paz e Terra, 1993.